

IGOR PEREIRA PINHEIRO

Promotor de Justiça do MPCE, Especialista, Mestre e Doutorando em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa, Coordenador das Pós-Graduações em Direito Político/Prática Eleitoral, Direito Administrativo e Compliance/Repressão à Corrupção, todas da Faculdade CERS. Autor dos livros "Condutas Vedadas em Ano Eleitoral"; "Crimes Eleitorais e Conexos"; "Lei do Abuso de Autoridade Comentada", "Lei Anticrime Comentada" e "Vade Mecum de Direito Anticorrupção Comentado", todos pela Editora JH Mizuno.

CRIMES ELEITORAIS E CONEXOS

ASPECTOS MATERIAIS E PROCESSUAIS

ELEIÇÕES 2020



JHMIZUNO
EDITORA DISTRIBUIDORA

visite nosso site: www.editorajhmizuno.com.br
e-mail: atendimento@editorajhmizuno.com.br

Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Lame - SP, 13810-210
Fone/fax: (0XX19) 3571-0420

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

BREVE NOTA SOBRE OS CRIMES ELEITORAIS: UMA VISÃO GERAL E CRÍTICA....	27
---	-----------

CAPÍTULO 2

ASPECTOS MATERIAIS E PROCESSUAIS DAS INFRAÇÕES PENAS ELEITORAIS.	31
2.1. Conceito de Infração Penal Eleitoral (Análise Formal e Material).....	33
2.2. Competência Legislativa, Previsões Típicas e a Proibição de Retrocessos Legislativos (Aplicação do Princípio da Tutela Mínima Anticorrupção).....	36
2.3. A Equivocada Correlação Automática Entre Ano Eleitoral, Período Eleitoral e Crime Eleitoral. ...	46
2.4. Distinção Entre Crimes Eleitorais e Políticos	54
2.5. Classificação das Infrações Penais Eleitorais.....	59
2.6. Pseudo Infrações Penais Eleitorais.....	60
2.7. Regime Jurídico Material Híbrido e Peculiaridades Normativas	63
2.7.1. Inaplicabilidade do princípio da insignificância	64
2.7.2. Tipificação exclusiva na modalidade dolosa, o dolo "geral" como regra e a necessidade da descrição do dolo específico na denúncia, quando o mesmo for exigido para a configuração do crime.....	67
2.7.3. O conceito de funcionário público para fins penais eleitorais	70
2.7.4. Padronização das penas mínimas fixadas e reflexos processuais quanto à aplicabilidade dos institutos da suspensão condicional do processo e do acordo de não persecução penal	70
2.7.5. Causas de aumento e diminuição das penas (cabimento, quantum legal e limites) ..	73
2.7.6. Peculiaridades da pena de multa.....	74
2.7.7. Sistema punitivo diferenciado para alguns crimes e seus reflexos processuais quanto à inaplicabilidade dos institutos da transação penal, suspensão condicional do processo e do acordo de não persecução penal.....	77
2.7.8. Crimes eleitorais praticados via imprensa	79
2.8. Investigações Criminais Eleitorais (Públicas e Privadas) e a sua Correlação com os Crimes Contra a Administração Pública e de Abuso de Autoridade.....	80
2.8.1. O inquérito policial eleitoral	80

2.8.2. O procedimento investigatório criminal eleitoral	119
2.8.3 As investigações particulares e sua validade moderada	130
2.9. Regime Jurídico Processual Híbrido e Peculiaridades Normativas	135
2.9.1. A inaplicabilidade do juiz das garantias ao processo penal eleitoral por manifesta inconstitucionalidade formal.....	136
2.9.2. Aplicação dos institutos despenalizadores no processo penal eleitoral.....	138
2.9.3. A competência criminal da justiça eleitoral.....	146
2.9.4. O foro por prerrogativa de função.....	152
2.9.5. Quadro-resumo da competência criminal eleitoral.....	157
2.9.6. Vedação de prisão prevista no código eleitoral (filtragem constitucional e reflexos da lei anticrime na "garantia eleitoral" do artigo 236).....	158
2.9.7. As imunidades prisionais previstas na constituição federal e na legislação extravagante que devem ser observadas.....	170
2.9.7.1. O regime prisional do presidente da república e demais chefes do poder executivo	170
2.9.7.2. O regime prisional dos parlamentares federais, estaduais e municipais.....	171
2.9.7.3. O regime prisional dos advogados	174
2.9.7.4. O regime prisional dos juizes e membros do ministério público.....	175
2.9.8. Ação penal	175
2.9.9. Denúncia criminal.....	177
2.9.10. Rito processual parcialmente derogado pelo código de processo penal.....	179
2.9.11. Condenação criminal, suspensão dos direitos políticos e perda do cargo	183
2.9.12. Condenação pela prática de crimes (eleitorais ou não) e a inelegibilidade decorrente....	185

CAPÍTULO 3

CRIMES ELEITORAIS PREVISTOS NA LEI Nº4737/65 - O CÓDIGO ELEITORAL.....	189
3.1. Inversão das Etapas Formais na Elaboração do Título Eleitoral	189
3.2. Omissão na Emissão de Certidões de Registro Civil para Fins Eleitorais	191
3.3. Despacho de Alistamento Eleitoral Extemporâneo	193
3.4. Omissão do Oficial de Registro Civil na Emissão de Lista Mensal de Óbito dos Cidadãos Alistáveis.....	194
3.5. Não-Entrega do Título de Eleitor Pronto	196
3.6. Não-Declaração de Impedimento para ser Membro de Mesa Receptora.....	196
3.7. Inutilização ou Arrebatamento da Lista de Candidatos.....	198
3.8. Instalação de Zonas Eleitorais em Propriedade Privada Rural.....	201
3.9. Descumprimento da Ordem de Apuração no Caso de Votação por Cédulas	203
3.10. Inscrição Fraudulenta de Eleitor.....	206

3.11. Indução à Inscrição Irregular de Eleitor.....	213
3.12. Inscrição Fraudulenta Efetuada por Juiz Eleitoral.....	217
3.13. Negativa ou Retardamento Indevidos de Inscrição por Parte de Autoridade Judiciária	222
3.14. Perturbar ou Impedir o Alistamento.....	227
3.15. Retenção de Título Eleitoral.....	230
3.16. Desordem dos Trabalhos Eleitorais	235
3.17. Impedimento ou Embaraço ao Sufrágio.....	244
3.18. Prisão nos Dias que Antecedem as Eleições.....	247
3.19. Corrupção Eleitoral.....	247
3.20. Crimes de Coação Eleitoral.....	260
3.20.1. Coação Eleitoral Moral Praticada por Servidor Público	260
3.20.2. Coação Eleitoral Praticada por Particular	264
3.21. Promover a Concentração de Eleitores no Dia da Eleição com o Fim de Impedir, Atrapalhar ou Fraudar o Voto	266
3.22. Majoração de Preços das Utilidades e dos Serviços Necessários às Eleições	268
3.23. Recusa de Fornecimento Regular de Alimentação e dos Meios de Transporte a Todos no Dia da Eleição.....	269
3.24. Intervenção Indevida na Mesa Receptora de Votos.....	271
3.25. Descumprir a Ordem de Votação.....	273
3.26. Fornecimento de Cédula Marcada.....	274
3.27. Fornecimento de Cédula em Momento Indevido	276
3.28. Votar ou Tentar Votar em Duplicidade ou em Lugar de Outro Eleitor	278
3.29. Praticar ou Permitir Irregularidade que Cause a Anulação da Votação	280
3.30. Votação em Seção Eleitoral Indevida.....	281
3.31. Violação do Sigilo do Voto.....	281
3.32. Omissão na Expedição do Boletim de Apuração	284
3.33. Omissão no Recolhimento das Cédulas Apuradas, no Fechamento ou Lacre da Urna	286
3.34. Mapismo Eleitoral.....	289
3.35. Não Receber ou Não Mencionar na Ata Protesto ou Impugnação	289
3.36. Violação do Sigilo da Urna Eletrônica	291
3.37. Apuração dos Votos de Urna Mesmo com Eleitor Impugnado.....	293
3.38. Subscrição Múltipla da Ficha de Registro dos Partidos Políticos	293
3.39. Pluralidade de Filiação Partidária.....	296
3.40. Colher Assinatura do Eleitor em Mais de Uma Ficha de Registro do Partido Político	299
3.41. Divulgação de Fatos Inverídicos na Propaganda.....	301
3.42. Crimes Eleitorais Contra a Honra.....	307
3.42.1. Calúnia Eleitoral	310
3.43.2. Difamação Eleitoral.....	311
3.44.3. Injúria Eleitoral	311

3.45. Crimes Contra a Propaganda Eleitoral.....	312
3.45.1 Inutilização, Alteração ou Perturbação de Propaganda Lícita	313
3.45.2. Impedir o Exercício de Propaganda.....	317
3.46. Uso de Organização Comercial e Atividades Beneficentes para a Realização de Propaganda ou Aliciamento de Eleitores.....	320
3.47. Fazer Propaganda em Língua Estrangeira	326
3.48. Participação de Estrangeiro ou Brasileiro com Direitos Políticos Suspensos de Atividades Partidárias.....	329
3.49. Não Assegurar a Prioridade Postal aos Partidos Políticos.....	334
3.50. Dos Crimes Contra os Bens e Documentos Eleitorais.....	335
3.50.1. Destruição, Supressão e Ocultação de Urna ou Documentos Eleitorais.....	338
3.50.2. Fabricar, Adquirir, Fornecer, Subtrair ou Guardar Bens de Uso Exclusivo da Justiça Eleitoral.....	342
3.51. Retardar Ou Não Publicar Atos Jurisdicionais Eleitorais.....	345
3.52. Omissão Ministerial no Oferecimento da Denúncia Criminal.....	348
3.53. Condescendência Criminosa da Autoridade Judiciária.....	354
3.54. Recusa ou Abandono Injustificado do Serviço Eleitoral.....	354
3.55. Descumprimento dos Deveres Impostos Pelo Código no Prazo Legal.....	359
3.56. Utilização de Serviços e Bens Públicos a Favor de Partido ou Organização de Caráter Político.....	361
3.57. Desobediência e Resistência Eleitorais	382
3.58. Dos Crimes Contra a Fé Pública Eleitoral.....	387
3.58.1. Falsidade Material Eleitoral de Documento Público.....	389
3.58.2. Falsidade Material Eleitoral de Documento Particular	396
3.58.3. Falsidade Ideológica Eleitoral	397
3.58.4. Falso Reconhecimento de Firma ou Letra para Fins Eleitorais	405
3.58.5. Uso de Documento Falso.....	407
3.58.6. Obtenção de Documento Falso para Fins Eleitorais.....	410
3.59. Peculato Eleitoral ou Apropriação Indébita Eleitoral	412

CAPÍTULO 4

CRIMES PREVISTOS NA LEI Nº6091/74 - LEI DE ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE DOS ELEITORES	415
4.1. Descumprimento do Dever de Informação à Justiça Eleitoral Quanto aos Veículos e Embarcações Oficiais que Podem ser Requisitados.....	416
4.2. Descumprimento da Requisição de Veículos Particulares.....	419
4.3. Fornecimento de Transporte e Alimentação aos Eleitores.....	420
4.4. Impedir o Fornecimento de Transporte e Alimentação aos Eleitores da Zona Rural	426
4.5. Uso de Veículos ou Embarcações Oficiais em Campanha Eleitoral.....	427

CAPÍTULO 5

CRIME PREVISTO NA LEI Nº6992/82 – LEI DE PROCESSAMENTO ELETRÔNICO DE DADOS NOS SERVIÇOS ELEITORAIS.....	435
--	------------

CAPÍTULO 6

CRIME PREVISTO NA LEI Nº7021/82.....	437
---	------------

CAPÍTULO 7

CRIME PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº64/90 – LEI DAS INELEGIBILIDADES.....	439
---	------------

CAPÍTULO 8

CRIMES PREVISTOS NA LEI Nº9504/97 – LEI DAS ELEIÇÕES.....	447
8.1. Crimes Referentes às Pesquisas Eleitorais	447
8.1.1. Divulgação de Pesquisa Fraudulenta	448
8.1.2. Retardamento, Impedimento ou Criação de Qualquer Dificuldade na Atividade Fiscalizadora dos Partidos Políticos Quanto às Pesquisas Eleitorais.....	451
8.1.3. Divulgação de Dados Irregulares na Pesquisa Eleitoral.....	453
8.2. Crimes de Propaganda no Dia da Eleição	454
8.3. Uso de Símbolos ou Imagens Semelhantes aos da Administração Pública na Propaganda Eleitoral	464
8.4. Descumprimento Judicial do Prazo para Decisão Sobre Pedido de Direito De Resposta...	467
8.5. Deixar de Dar Prioridade aos Feitos Eleitorais.....	468
8.6. Contratação Excessiva de Pessoal para Atividades de Militância e Mobilização de Rua....	469

CAPÍTULO 9

QUADROS PRÁTICOS SOBRE OS CRIMES ELEITORAIS.....	471
---	------------

CAPÍTULO 10

CRIMES ELEITORAIS EM TEMPOS DE COVID- 19.....	473
--	------------

REFERÊNCIAS.....	475
-------------------------	------------

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO.....	477
---	------------